

ESPLANADA GERAL

Servidores mantêm greve no DNPM

Os servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) apresentaram ao governo, no último dia 11, uma contra-proposta para encerrar a greve: eles aceitaram o termo de compromisso, desde que o Plano de Carreira tenha efeito retroativo a julho de 2004. O Ministério do Planejamento ainda não se pronunciou sobre o assunto.

As assembléias reali-



ASSEMBLÉIA QUE DECIDIU ENTRAR EM GREVE A PARTIR DE 22 DE OUTUBRO

zadas na semana passada recusaram o termo de compromisso porque ele prevê a implantação do Plano apenas em janeiro de 2005, segundo informou o delegado sindical Avelino Heitor Fonseca Almeida.

“A greve continua em âmbito nacional, atingindo cerca de 800 servidores, o que significa 100% de adesão”, avaliou Heitor.



FAZENDA SE MOBILIZA PELO PLANO

Na última reunião da Mesa Setorial do Ministério da Fazenda (foto acima), no dia 5, o governo apresentou verbalmente duas propostas de Plano de Carreira.

Uma seria a criação da carreira de Gestão Fazendária, com os cargos de Analista e Técnico de Gestão. Para os servidores do PCC, seria criado um Plano Especial de Cargos, com uma nova tabela salarial. Os servidores de nível auxiliar estariam fora do Plano mas incluídos na tabela.

A segunda versão prevê a criação de um Plano de Carreira de Gestão Fazendária. Todos os níveis do PCC estariam incluídos, mantendo a mesma nomenclatura dos cargos atuais com uma nova tabela.

Em ambos os casos, o governo criaria uma gratificação produtivista. Aposentados e pensionistas seriam incluídos na tabela, recebendo apenas 30% da gratificação paga aos ativos.

O Ministério da Fazenda adiou do dia

12 para 24 de novembro a apresentação de sua proposta consolidada.

Plenária dos Fazendários

Representantes de 14 estados participaram da Plenária Nacional dos Fazendários no dia 6 de novembro, na sede da Condsef em Brasília. Os fazendários estarão mobilizados em torno do Plano de Carreira.

A Plenária definiu algumas orientações gerais para que os fazendários façam o debate em seus estados após receberem a proposta do governo. Entre elas, está a reivindicação de um Plano de Carreira que contemple todos os níveis (NS, NI e NA), incluindo aposentados e pensionistas; uma tabela salarial única; incorporação de todas as gratificações, inclusive a produtivista; e paridade entre ativos e aposentados.



FUNAI DISCUTE PLANO DE CARREIRA COM O PLANEJAMENTO

Uma comissão de servidores e um representante da direção da Funai apresentam a proposta de Plano de Carreira ao Ministério do Planejamento, no dia 16 novembro.

Helano Furtado, diretor da Condsef que está acompanhando a mobilização na Funai, explicou que a proposta de Plano de Carreira é fruto de um consenso entre os trabalhadores e a presidência da Funai (foto), tendo como eixo central a proposta da Condsef.

“O mais importante é que, pela primeira vez, houve uma participação nacional dos servidores na Funai na elaboração do Plano de Carreira”, destacou Helano.



Em julho deste ano, representantes de 19 estados aprovaram, no Encontro Nacional dos Trabalhadores da Funai, o Plano de Carreira elaborado pela Condsef.

Após amplo debate na categoria, a proposta de Plano de Carreira foi aprovada nas assembléias locais com emendas. Uma comissão nacional incorporou as sugestões dos servidores e o documento final foi protocolado na presidência da Fundação

no dia 21 de outubro.

Assembléia – No último dia 11, os servidores decidiram redigir uma nota à direção da Funai, ao Ministério da Justiça e à Casa Civil, em virtude do adiamento de duas audiências no Ministério do Planejamento. Os servidores atribuem o adiamento à exoneração da diretoria de administração. Eles esperam que, independentemente de quem assuma o cargo, as negociações não sejam interrompidas.

SAÚDE PREPARA SEU PLANO DE CARREIRA

Em assembléia no último dia 11, os servidores decidiram entregar sua proposta de Plano de Carreira ao ministro Humberto Costa.

O projeto de Plano está em fase de finalização e tem por base a proposta da Condsef. Os representantes dos servidores na Mesa Local de Negociação (Ada, Aristides, Marcelo e Oton)

foram designados para ajustar o Plano às especificidades do Ministério.

A proposta está sendo distribuída aos servidores e também está disponível

no site do sindicato (www.sindsep-df.com.br). A próxima assembléia será dia 22 de novembro, às 10h, no auditório Emílio Ribas. Participe!

Calendário de Assembléias

16/11 – Ministério da Cultura (SCS) – 10h
16/11 – Ministério da Cultura (Sede) – 11h
16/11 – Plenária Nacional do MAPA, na Condsef
17/11 – Iphan/FCP – 15h
22/11 – Ministério da Saúde – 10h – auditório Emílio Ribas

CAIXA continua a pagar o FGTS

Desde o dia 1º de novembro, a Caixa Econômica Federal (CEF) está pagando o FGTS aos nossos filiados, nos termos do acordo firmado em 2003 com o sindicato. Segundo informou a gerência da CEF, o pagamento está sendo feito seguindo a ordem alfabética da lista de beneficiados. Até o fechamento desta edição, os valores estavam sendo creditados aos servidores cujo nome inicia com a letra "E".

Histórico - Em 2001, o sindicato entrou com uma ação coletiva na Justiça Fe-

deral do Rio de Janeiro para a liberação do FGTS de 21.948 filiados. O sindicato ganhou a ação, mas a Caixa recorreu contra os honorários de sucumbência que ela estava condenada a pagar aos nossos advogados (5% da ação). Para agilizar o processo, o sindicato propôs um acordo: que os nossos advogados abrissem mão dos 5% (recebendo apenas os honorários contratuais) e, em troca, a CEF desistiria do recurso. Como resultado desse acordo, o pagamento foi agilizado e agora os servidores estão recebendo tudo a que têm direito.



ASSEMBLÉIA DE ANISTIADOS DO MCT

28 de outubro: Os servidores reivindicam a readmissão imediata dos anistiados, com base na Nota Técnica 51/SRH, assinada pelo secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça.

Para os trabalhadores, o problema está sendo a má vontade da direção do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), que além de descumprir a

orientação do Planejamento e do ofício 021/2003 da Casa Civil, ainda ignora o pedido de audiência feito pelos servidores.

Eles vão solicitar nova audiência com o Ministro de Ciência e Tecnologia, além de visitar gabinetes de parlamentares em busca de apoio. Nova assembléia será realizada dia 26 de novembro.

FIQUE ATENTO!

1) Se você é filiado ao Sindsep, foi regido pela CLT e ainda não recebeu o resíduo do FGTS, procure qualquer agência da Caixa para conferir o seu saldo e verificar se os valores já estão liberados para saque. Para obter o extrato, o servidor deve apresentar o seu cartão do PIS/PASEP.

2) No extrato, deverá constar:

- os valores referentes aos expurgos inflacionários praticados pela Caixa nos Planos Econômicos Verão (janeiro de 1989) e Collor (abril de 1990), corrigidos por juros e atualização monetária.

- os juros determinados pela Justiça, que é de 6% ao ano, a contar do ano de 2001 – data da ação coletiva –, totalizando 19,5% de juros.

- o desconto de 10% do total a receber, referente aos honorários dos advogados.

3) Caso o dinheiro já esteja liberado, o filiado precisa ter em mãos o documento de identidade, CPF e a carteira de trabalho com o registro de mudança de regime (celetista para estatutário) para realizar o saque.

4) Se o valor não estiver liberado, o filiado deve encaminhar cópia do extrato para a secretaria jurídica. O número do fax é 225 0699.

SERVIDORES DO MCT LUTAM POR CONCURSO PÚBLICO

Uma antiga reivindicação dos servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) foi parcialmente atendida com a publicação do Decreto nº 5253, no último dia 26.

Isto porque este Decreto revoga outro, o de nº 4178/02, que extinguiu os cargos de nível auxiliar e intermediário da carreira de Ciência e Tecnologia. O novo decreto, porém, não anula os efeitos do anterior durante sua vigência (1º abril de 2002 até 26 de outubro de 2004).

Segundo informou Maria Joana Ribeiro, delega-

da sindical, foi uma vitória importante, ainda que parcial. "Nós queríamos que o novo decreto tivesse efeito retroativo a 2002, recuperando assim as vagas que foram extintas".

A bancada sindical na Mesa Setorial do MCT defende que as vagas hoje ocupadas por terceirizados sejam preenchidas via concurso público. Dados do próprio Ministério revelam o alto índice de terceirização. Na sede do MCT, por exemplo, os terceirizados correspondem a mais de três vezes o número de servidores.

MINISTÉRIO DA SAÚDE INVESTE NA TERCEIRIZAÇÃO

Os servidores da Saúde estão cada vez mais indignados com o alto índice de terceirização no Ministério.

A gota d'água foi o repasse de 50% da verba de capacitação dos servidores à organização internacional OPAS – responsável pelo curso de especialização em Políticas Públicas e Gestão Estratégica em Saúde. Das 108 vagas abertas, apenas 17 foram ocupadas por servidores. O restante foi preenchido por gestores, consultores, DASS sem vínculo que, por definição, são pessoas contratadas temporariamente. É dinheiro público sendo gasto para formar pessoas que estão de saída do serviço público.

Ao tentar saber porque o Ministério estava investindo na capacitação dos terceirizados, os servidores ouviram a seguinte resposta de uma assessora de Recursos Humanos: "Mas vocês são apenas 1/3 deste Ministério. Temos que investir nos outros".

O SINDSEP-DF, por meio de sua assessoria jurídica, vai questionar o procedimento administrativo e sua legalidade.

Somos CUT, contra essa reforma sindical e trabalhista

GOVERNO QUER "FLEXIBILIZAR" DIREITOS

O governo enviou ao Congresso um Projeto de Lei Complementar (PLP 210/04) de "Incentivo à Micro e Pequenas Empresas", que prevê a redução de direitos para mais de 70% dos trabalhadores brasileiros.

Destinado às empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 36 mil, o projeto pretende reduzir o depósito patronal para o FGTS de 8% para 0,5%. Outro ataque é a mudança de cálculo na contribuição do patrão para a Previdência: deixaria de ser com base no salário do trabalhador

e passaria a ser sobre o faturamento da empresa.

Por trás do discurso de reduzir a informalidade, o governo está, na prática, iniciando a flexibilização (destruição) dos direitos trabalhistas. Nós, servidores públicos, junto com o pessoal do setor privado e a CUT, precisamos estar na linha de frente da luta para derrubar esse projeto. Se ele for aprovado e mais de 70% dos trabalhadores brasileiros ficarem sem férias, 13º etc, é claro que logo vão aparecer aquelas vozes de sempre para dizer que somos "privilegiados" e que também nossos direitos precisam ser "flexibilizados".

"Não admitimos políticas que levem a criação de 'trabalhadores de segunda categoria'".

Trecho da resolução da Executiva nacional da CUT, adotada em 6 de outubro de 2004.

NOTA DE FALECIMENTO

Em nome dos diretores e delegados sindicais do SINDSEP-DF na Funai, o Esplanada Geral se solidariza aos amigos e familiares de José Apoena Soares de Meirelles, assassinado no dia 9 de outubro em Porto Velho (RO), em um suposto assalto.

Apoena, como era conhecido, estava aposentado pela Funai mas conduzia as negociações com os índios Cinta Larga para o fechamento de garimpo ilegal, a pedido do presidente da Fundação, Mércio Pereira Gomes.

Os servidores exigem a apuração do crime e a punição dos responsáveis.